

Pregão Eletrônico - PE.PPSA. 001/2018

Objeto : Contratação de prestação de serviços de AUDITORIA EXTERNA.

Assunto : Resposta aos recursos impetrados pelas empresas AUDILINK & CIA. AUDITORES e STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA.

1 - Dos fatos :

As recorrentes AUDILINK & CIA. AUDITORES e STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA apresentaram, tempestivamente, em 06 e 09 de abril de 2018, respectivamente, recursos administrativos contra a decisão da PPSA que declarou a empresa MACIEL AUDITORES S/S vencedora do certame em epígrafe.

2 - Recursos apresentados:

Em síntese as recorrentes alegam que discordam da habilitação da empresa declarada vencedora do Pregão e apontam suposta irregularidade na documentação por esta apresentada, para a comprovação de qualificação técnica da proponente, que estaria em desacordo com as exigências editalícias e desrespeito ao princípio da vinculação ao Edital.

Questionam a aceitação do Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa CODEMIG, considerando que a emissora, individualmente, não atende as exigências do item 13.3.3.1 do Edital do Pregão PE.PPSA.001/2018, tendo a empresa STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA ainda afirmado que o Atestado só poderia ser aceito se tivesse sido emitido pela empresa líder do consórcio.

Ao final, requerem que os seus respectivos Recursos Administrativos sejam julgados procedentes, sendo revista a decisão que habilitou a empresa MACIEL AUDITORES S/S, em prestígio aos princípios estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

3 - Contrarrazões apresentadas:

A empresa MACIEL AUDITORES S/S apresentou, também, tempestivamente, informações sobre cada um dos pontos apontados pela recorrente, argumentando ao final que tal recurso não merece ser acolhido pelas alegações ali expostas.

4 - Apreciação do Recurso e Contrarrazões, pelo Pregoeiro:

A apresentação dos Recursos e das Contrarrazões ocorreram dentro dos prazos legais.

Quanto ao atendimento dos Atestados apresentados às exigências editalícias, o Edital estabelece as informações julgadas necessárias para a avaliação da capacidade técnica da proponente (conforme descrito no item 13.3.3.1 do Edital), a seguir:

"a) Atestado ou declaração emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove a:

a1) Aptidão da empresa participante para desempenho da atividade de auditoria externa em empresas de exploração e produção de petróleo, que executem a atividade de



comercialização de óleo bruto de petróleo, gás natural, biocombustíveis e derivados no Brasil; ou

a2) Experiência profissional dos sócios da proponente nas atividades de auditoria externa em empresas de exploração e produção de petróleo, que executem a atividade de comercialização de óleo bruto de petróleo, gás natural, biocombustíveis e derivados no Brasil;"

O atestado apresentado pela MACIEL AUDITORES S/S, emitido pela CODEMIG, contestado pela requerente com o argumento de que a mesma não é uma empresa de exploração e produção de petróleo, não pode ser acatado tendo em vista que:

O atestado apresentado se refere a prestação de serviços realizados para Consórcio que participou da 10ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, realizada no dia 18 de dezembro de 2008.

O Edital desta dessa licitação define as normas que devem ser obedecidas por todas as empresas interessadas em participar da Décima Rodada de Licitações. Ele foi elaborado de acordo com as disposições da Lei 9.478/1997; da Portaria ANP nº 174/ 1999; das Resoluções do CNPE nº 8/ 2003, n.º 10/2008, e demais disposições legais pertinentes.

O citado Edital, ao tratar de participação de consórcios determina, entre outros, os seguintes requisitos:

"4.6 Consórcios: Para participar da Décima Rodada de Licitações, as empresas terão que se habilitar individualmente. No entanto, elas poderão formar consórcios para apresentação de ofertas até o prazo final de submissão das mesmas, desde que atendam aos seguintes requisitos:

-
- Cada consórcio deverá contar com pelo menos uma empresa qualificada como operadora na categoria exigida para o Setor do Bloco em questão, **sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais consorciados.**

.....

g) Contrato de Consórcio: No caso de consórcio, é necessário apresentar o registro do instrumento constitutivo do consórcio, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável pelo consórcio e pela condução das operações, **sem prejuízo da responsabilidade solidária na forma do disposto no Artigo 38 da Lei 9.478/97.** A empresa operadora deverá ter uma participação mínima de 30% no consórcio e cada empresa deverá ter uma participação mínima de 5% no consórcio, conforme seção 4.6 deste Edital."

(grifos nossos)

Entre os participantes do citado consórcio, além da CODEMIG, está a empresa IMETAME ENERGIA, que é uma empresa de exploração e produção de petróleo, que comercializa seus produtos, conforme pode ser verificado no site da ANP.

Por sua parte, o artigo 38 da Lei nº 9.478/1997, em seu inciso II, determina que a exigência da indicação da empresa líder, não afasta a responsabilidade solidária das demais consorciadas, conforme a seguir:

"Lei 9.478/1997

.....;

Art. 38. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, o edital conterá as seguintes exigências:

.....;

II - indicação da empresa líder, responsável pelo consórcio e pela condução das operações, **sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas;**



Assim, não resta dúvida que o consórcio pode ser considerado "comparável" a empresa de exploração e produção de petróleo para efeitos de atendimento a exigência do item 13.3.3.1 do Edital.

Além disto o Atestado apresentado pela vencedora é claro em seu objeto ao afirmar que a prestação dos serviços foi para o Consórcio, conforme reproduzido a seguir:

"Prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente no ano de 2013, nas demonstrações financeiras, e respectivas notas explicativas de acordo com as seguintes especificações técnicas abaixo, do CONSÓRCIO DE GÁS NATURAL – BLOCOS (individualmente, para cada contabilidade): SF-T-132; SF-T-114; SF-T-104; SF-T-120; SF-T-127 e REC-T-163."

Ainda assim, com fulcro no item 19.1 do Edital, a PPSA diligenciou a autenticidade e veracidade das informações do citado Atestado junto ao seu emissor, tendo recebido a seguinte resposta:

De: Zenilda de Souza Pastor

Enviada em: segunda-feira, 16 de abril de 2018 08:33

Para: Eduardo de Albuquerque Ruiz Martins <EduardoRuiz@codemge.com.br>

Assunto: RES: Diligência sobre atestado emitido pela CODEMIG sobre Serviços de Auditoria Externa do Pregão Eletrônico da PPSA (PE.PPSA.001/2018)

Ruiz bom dia

Pelas análises, podemos garantir a auditoria do consórcio incluindo a análise dos documentos dos demais participantes.

Atenciosamente,

ZENILDA DE SOUZA PASTOR | Auditora Geral

zenildapastor@codemge.com.br | + 55 31 3207-8869



Rua Manaus, 467 | Santa Efigênia
30150-350 | Belo Horizonte - MG
www.codemig.com.br

Classificação: (x) Reservada - () Restrita - () Pública

Grupo de Acesso: destinatários desta mensagem

Logo, o Atestado apresentado pela licitante MACIEL AUDITORES S/S é suficiente para credenciá-la a como uma empresa com atuação e experiência no setor de petróleo e, portanto, atender as exigências do Edital do Pregão PE.PPSA.001/2018.

Desta forma, não vislumbramos no recurso apresentado nenhuma comprovação de desrespeito à legalidade e ao princípio da vinculação ao Edital, uma vez que a empresa MACIEL AUDITORES S/S apresentou documentos que atestam sua habilitação em conformidade com as normas editalícias.

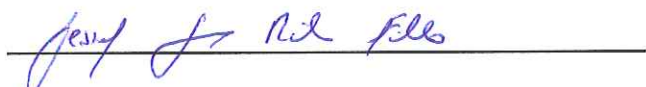
Reiteramos então, que o julgamento foi técnico e objetivo, comprometido com a legalidade e visando sobre tudo ao atendimento do interesse público, com qualidade pela proposta mais vantajosa para a Administração.

5 - Decisão do Pregoeiro:

Após analisar as alegações apresentadas pelas empresas recorrentes, as contrarrazões apresentadas pela empresa MACIEL AUDITORES S/S, observando o princípio da isonomia, do julgamento objetivo, da vinculação ao Edital e visando selecionar a melhor proposta para a Administração e amparado pela Área Técnica da PPSA, com base no inc. VII do art. 11 do Decreto nº 5.450/2005, o Pregoeiro manifesta-se no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos interpostos pelas empresas AUDILINK & CIA. AUDITORES e STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA tendo em vista que, após a análise da totalidade dos documentos apresentados pela empresa MACIEL AUDITORES S/S, torna-se clara a comprovação da capacidade técnica desta para cumprir o objeto deste Edital.

Outrossim, encaminha-se o presente processo licitatório à Autoridade Competente da PPSA, em atenção ao cumprimento do artigo 109, parágrafo 4º, da Lei de Licitações, e aos termos do artigo 8º, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005, para avaliação das alegações apresentadas e decisão dos recursos.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2018



Pregoeiro

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Pelas razões expostas pelo Pregoeiro, ouvida a Consultoria Jurídica, e considerando que a proposta declarada vencedora atende as condições do Edital, ratifico a decisão do Pregoeiro e mantenho a sua decisão no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos interpostos pelas empresas AUDILINK & CIA. AUDITORES e STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA.

Rio de Janeiro, de abril de 2018.



Leandro Leme Júnior

Diretor de Administração, Controle e Finanças